



DIAGNÓSTICO DA SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

DIAGNOSIS OF SOLID WASTE SEPARATION IN MUNICIPAL PUBLIC SPACES¹

**Isabelle Vione Martens², Nadine Bortolazzo², Sabrina Carvalho Antunes³, Joice
Barbosa Caseres³, Juliana Maria Fachinetto⁴**

¹ Resultados parciais do diagnóstico realizado no projeto de Extensão Educação Ambiental da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/UNIJUI

² Graduanda em Biomedicina/UNIJUI, bolsista PROFAP.

³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/UNIJUI, bolsista PROFAP.

⁴ Professora do curso de Ciências Biológicas e do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade/ UNIJUI.

INTRODUÇÃO

Resíduos sólidos, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, são definidos como sendo todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade. Estes podem se encontrar nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água.

De acordo com a Lei 12.305/10, esses resíduos devem ter uma destinação ambientalmente correta, a qual deve ser executada por algum tratador autorizado e com licenciamento ambiental para tal atividade.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, apesar de ter resultados pontuais que funcionam, a política ambiental é realizada de forma muito desestabilizada. Ainda que incorpore técnicas e métodos de menor impacto ambiental, a ação governamental é improdutiva, conforme as instituições de gestão ambiental continuam frágeis e com pouca capacitação técnica e administrativa para a importância do problema no território nacional.

Na sociedade em que vive-se hoje, é de extrema relevância a educação ambiental em favor da sustentabilidade, pois somos uma população que produz lixo em demasia. Em razão da sua função pública, a educação ambiental demanda uma forte gestão por meio da implementação de políticas, programas e ações orientadas para uma formação da cidadania



sintonizada com a sustentabilidade em todas as proporções. Nesse ponto de vista, existe a Lei nº 9.795, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281 de 2002, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, sob a coordenação dos Ministérios do Meio Ambiente - MMA e do Ministério da Educação - MEC.

Como consequência do consumo e da geração de resíduos e rejeitos comprometendo os ciclos naturais, os obstáculos dos resíduos sólidos e o seu devido equacionamento por meio da gestão integrada e compartilhada, inscreve-se como uma oportunidade atual na realidade da civilização. Refere-se à uma maneira nova de pensar, agir e ver a produção e o consumo, que revela uma transformação geracional, contornando outros modelos e valores, crenças, incluindo um novo significado do próprio desenvolvimento.

Nesse cenário, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei nº 12.305 de 2010, o presente Plano Nacional de Resíduos Sólidos lança diretrizes, estratégias e metas que, de forma geral, integram e demandam ações de educação ambiental e de comunicação social, que sejam capazes de mobilizar e envolver toda a sociedade brasileira. Com isso, objetiva-se caminhar rumo a uma nova cultura de produção e consumo sustentáveis e gestão dos resíduos, por meio de uma ampla e profunda ação pedagógica que incentive a não-geração, a redução, a reutilização, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e rejeitos da produção e do consumo.

Atualmente, empresas públicas e privadas buscam adequar suas atividades e estimular a educação ambiental entre seus funcionários visando a redução da geração de resíduos sólidos e a correta separação e destinação destes. A Prefeitura Municipal de Ijuí, a partir da execução do projeto Educação Ambiental, desenvolvido em parceria com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em suas metas 1 e 2 busca quebrar a resistência que existe por parte dos servidores públicos em separar os resíduos, identificando as lacunas existentes nas secretarias municipais e realizar a capacitação de servidores para agirem como agentes multiplicadores em prol da redução e separação dos resíduos sólidos nos espaços da prefeitura.

O objetivo desse projeto foi realizar o diagnóstico do tipo de resíduo produzido em cada uma das secretarias do poder executivo municipal, identificando os tipos de resíduos presentes em maior quantidade e a prática de descarte.



METODOLOGIA

Inicialmente foi realizado um questionário, buscando obter o endereço de cada secretaria do município a ser visitada, bem como a indicação de um funcionário em cada local, o qual acompanharia a equipe durante toda a visita, sendo este o único a saber o dia e horário que a mesma seria realizada.

Mediante agendamento com o responsável indicado por cada secretaria, a equipe analisou todas as lixeiras presentes, identificando a quantidade total, o tipo de separação adotada no setor, qual o tipo de resíduo presente em maior quantidade, e os principais problemas encontrados no dia a dia em relação a separação adotada na secretaria, levando em consideração outras observações importantes apontadas pelo(a) responsável pela retirada dos resíduos, geralmente o serviçal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento prévio indicou que a prefeitura possui 14 secretarias, sendo que algumas possuem apenas um endereço, enquanto outras possuem até 5 endereços, totalizando 24 locais. Um caso especial é a Secretária da Saúde, que apresenta 29 endereços, esses pertencentes a postos de atendimento por todo o município de Ijuí.

Tabela 01 - Secretarias Municipais

SECRETARIA	Nº ENDEREÇOS
Secretaria da Educação	2
Secretaria do Planejamento	1
Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	5
Secretaria do Desenvolvimento Rural	2
Secretaria da Fazenda	1
Secretaria Municipal de Obras Desenvolvimento Urbano e Trânsito	2



Secretaria de Meio Ambiente	1
Secretaria de Governo	1
Secretaria da Habitação	1
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	1
Secretaria de Administração	1
DEMEI - Departamento Municipal de Energia Elétrica de Ijuí	1
Secretaria de Desenvolvimento Social	1
Secretaria de Saúde	29

Durante o diagnóstico, foi observado que todas as secretarias apresentaram algum tipo de separação, como o lixo seco, úmido e de banheiro. Em quase todas as secretarias a lixeira destinada ao lixo úmido se encontrava na cozinha, já as de seco se localizavam nas salas de trabalho, uma para cada servidor. Algumas secretarias apresentaram ainda a separação de eletrônicos, pilhas, vidros, lâmpadas, cartuchos de impressoras, entre outros, em local específico, disponível para todos os funcionários.

De forma geral, o resíduo de maior volume nas lixeiras foi o papel, seguido por materiais orgânicos e plástico, porém, há dois casos especiais. A Secretaria de Desenvolvimento Social recebe doações da comunidade, como móveis, roupas e calçados, sendo que parte desses materiais não apresentam condições de uso e necessitam ser descartados pela própria secretaria, formando assim um resíduo diferenciado das demais secretarias. Já a Secretaria de Saúde possui uma especificidade na produção de resíduos, com destaque para resíduos infectantes, perfurocortantes, medicamentos e frascos de medicamentos, entre outros. Para cada tipo de resíduo, há uma destinação distinta e necessita de empresas terceirizadas e especializadas para a coleta.

A maioria dos servidores aderiram à separação de resíduos proposta e, no geral, realizavam de forma correta. Havia algumas dúvidas sobre o descarte de grampos, cliques,



embalagens de alimentos e materiais orgânicos. Os principais problemas encontrados foram a falta de compromisso pontual de alguns funcionários com a separação de resíduos, a falta de instrução de alguns servidores que relataram dúvidas a respeito da correta destinação dos materiais e uso de muitos utensílios descartáveis em algumas secretarias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das visitas realizadas nas secretarias municipais, foi observado que há uma preocupação com a questão dos resíduos sólidos. Na maioria das vezes, ainda havia dúvidas de onde descartar certos tipos de resíduos por parte dos servidores ou até mesmo do funcionário responsável pela coleta de resíduos na secretaria.

Cabe destacar que algumas secretarias também encaminham o resíduo compostável para uma composteira e que buscam a redução da geração de resíduos pela eliminação dos descartáveis no uso cotidiano. Percebeu-se que há a necessidade de treinamentos e capacitações para a correta separação e destinação dos resíduos sólidos em todos os endereços visitados.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Coleta Seletiva. Resíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTRO ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE., 2022, Porto Alegre. **Resíduos Sólidos**. Disponível em:

<https://www.cevs.rs.gov.br/residuos-solidos#:~:text=Conforme%20consta%20na%20Lei%2012305,proceder%2C%20nos%20estados%20s%C3%B3lido%20ou>. Acesso em: 30 mar 2022.

GOVERNO FEDERAL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE., 2012, Brasília. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**.

VGR., 2020, Savassi. **Resíduos sólidos: o que são, legislação a respeito e como destinar e tratar corretamente**. Disponível em:

<https://www.vgresiduos.com.br/blog/residuos-solidos-o-que-sao-legislacao-a-respeito-e-como-destinar-e-tratar-corretamente/>. Acesso em: 30 mar 2022.